



ComRioComMar

Opinião Popular

Boletim Técnico

Rio Doce
Foto: otempo.com.br

ESTE TSUNAMI NOS FEZ ACORDAR!

Dona Rosa, Povoação, Linhares

Às autoridades responsáveis pela recuperação da bacia do Rio Doce e suas comunidades:

Apresentamos a seguir os resultados de pesquisa realizada visando contribuir com os processos de reparação do desastre da barragem de Fundão-MG, que atingiu a bacia do Rio Doce e suas comunidades.

Trata-se do Projeto “Sem o rio e sem o mar: implementação de tecnologia social de governança participativa para políticas públicas de recuperação da bacia do Rio Doce no Espírito Santo”, implementado entre julho de 2017 e julho de 2020 com recursos do Edital Capes-CNPq-Fapemig-Fapes-ANA nº 6/2016.

Para sua execução, conforme as diretrizes do Edital, foi constituída uma rede interinstitucional com pesquisadores da USP, CEBRAP, UFES, UNISINOS e IESP-UERJ, e foram definidos dois grandes eixos de trabalho. Um primeiro eixo de pesquisa acadêmica com a finalidade de obter conhecimento mais refinado do campo, nas dimensões: sociedade civil e ativismo, políticas públicas, capacidades estatais. O segundo, focado na governança participativa nos processos de reparação, que desenvolveu a metodologia ComRioComMar Opinião Popular (CRCMOP).

Durante dois anos, o processo ComRioComMar Opinião Popular ajudou na mobilização de 21 comunidades, em 5 municípios do Espírito Santo, mobilizando mais de 4 mil lideranças que se somaram às lutas pela reparação dos danos causados por este desastre-crime. Para tanto, foram realizadas atividades formativas para as lideranças e debates e votações nas comunidades, visando estabelecer um processo de construção coletiva de análise dos problemas causados pelo desastre, bem como buscar alternativas de soluções para a reparação dos danos. As ações formativas aconteceram através da realização de cinco oficinas de capacitação com a presença de representantes das comunidades participantes. Cartilhas temáticas foram desenvolvidas e utilizadas nas oficinas como suporte para a discussão dos impactos do desastre da Samarco sobre a saúde, o meio ambiente, a economia e o desenvolvimento das comunidades atingidas. Nas comunidades, a dinâmica de formulação de propostas e votação nas urnas acompanhou as discussões nas Oficinas. Um jornal com tiragem de 1500 exemplares e edição periódica foi utilizado como meio de disseminação de conhecimento e dos resultados das votações, retroalimentando a formulação de propostas. Ao longo do período, as comunidades foram se agregando ao processo, ampliando-se o número de participantes. Também estiveram presentes nas oficinas realizadas, além dos pesquisadores, integrantes das Câmaras Técnicas do CIF e de outras instituições como a Defensoria Pública do Espírito Santo e as prefeituras dos municípios abrangidos pela pesquisa.

Ao todo, nos diferentes ciclos de discussões e votação, foram formuladas cerca de 400 propostas, apoiadas por cerca de 24 mil votos. Entre elas, quatro grandes temas se destacaram: I. Trabalho, renda e infraestrutura, com 32% dos votos; II. Água e meio ambiente com, 25%; III. Saúde com 20%; e IV. Reconhecimento e Indenizações, com 14% dos votos.

Em seguida, foram produzidos Boletins Técnicos Temáticos em que sobre as propostas mais votadas em cada tema e município foram analisadas. As análises foram desenvolvidas coletivamente com as lideranças participantes, através de Grupos de Trabalho. A seguir, os Boletins foram confeccionados, impressos e enviados às lideranças das comunidades entre maio e junho de 2020.

O presente Boletim Técnico traz a público os resultados da pesquisa incluindo análises mais abrangentes sobre os quatro temas destacados e destina-se, com a finalidade de exigir a reparação devida, às autoridades responsáveis pela recuperação e compensação dos danos e agravos causados às comunidades atingidas pelo desastre, em especial àquelas localizadas na porção capixaba do Rio Doce. Notadamente, se destina às autoridades constituídas no arranjo político institucional criado pelo Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) e pelo Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-GOV) — o sistema de governança do processo de reparação e compensação, ancorado no Comitê Interfederativo (CIF) e na Fundação Renova. Destina-se, também, aos órgãos do poder público federal, estadual e municipal.

Essa exigência se faz imperativa tendo em vista que o rompimento da barragem de Fundão, das empresas Samarco/Vale/BHP Billiton, é um desastre socioambiental de grande escala em termos de sua extensão e do caráter multifacetado e duradouro de seus efeitos destrutivos, o que gera e reforça progressivamente a desconfiança da sociedade na capacidade de ação preventiva das instituições públicas. Ademais, a lentidão da reparação e as ameaças de eventuais retrocessos pela crescente judicialização e por tentativas de suspender unilateralmente programas como o cadastro e o auxílio financeiro emergencial (AFE), precisamente num momento crítico de pandemia como o que estamos vivendo, mais do que evidenciam a importância deste pleito. Sobretudo, considerando que as comunidades afetadas sofrem com a morosidade das poucas reparações que foram efetivadas durante os já quase 5 anos decorridos do desastre.

A pesquisa ComRioComMar Opinião Popular (CRCMOP) permitiu que as comunidades atingidas vocalizassem os efeitos dos diversos danos sofridos por meio de um processo cumulativo de votações ao longo de dois anos. A Tabela 1, a seguir, mostra os municípios e respectivas comunidades participantes da pesquisa, o início do período de votação em cada comunidade, o total de votos em propostas obtidos e o número de participantes de cada comunidade.

Tabela 1 Total de votos coletados por comunidade

Município	Urna	Início da votação	Total de votos	Participantes identificados
São Mateus	São Miguel/Ilha Preta	Set/2018	7.333	655
	Barra Nova Sul	Set/2018	4.214	320
	Guriri	Jan/2019	1.089	162
	Barra Nova Norte	Jul/2019	1.465	129
	Urussuquara	Jul/2019	63	18
	Campo Grande	Jul/2019	1061	261
	Nativo	Out/2019	664	102
	Gameleira	Mai/2019	566	110
	Total do município		16.455	1.757
Linhares	Degredo (AMPROD)	Jul/2019	107	27
	Degredo (ASPERQD)	Jul/2019	51	32
	Regência	Jul/2019	126	30
	Pontal do Ipiranga	Mar/2019	545	140
	Areal	Out/2019	45	14
		Total do município		874
Colatina	IBC	Nov/2018	486	65
	Carlos Germano	Mar/2019	161	45
	IFES Itapina	Mar/2019	1.303	367
	Itapina	Dez/2018	132	22
		Total do município		2.082
Serra	ASPEJ	Mar/2019	2.705	586
	Lagoa da Juara	Nov/2019	106	50
		Total do município		2.811
Vitória	Encontro MAB e FCRD	Jul/2018	107	38
	SINDIPESMES	Fev/2019	1.661	342
		Total do município		1.768
TOTAL			23.990	3.483

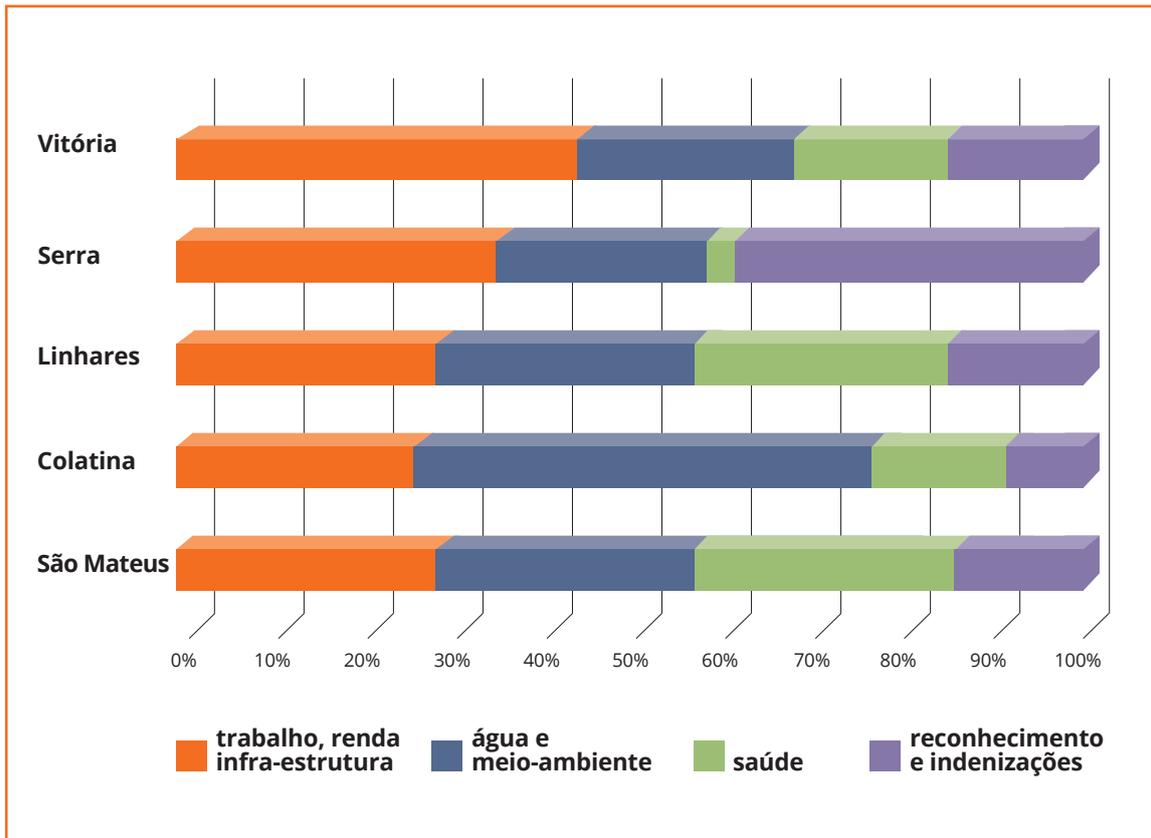
Participantes não identificados: 179 (aprox. 4,8%). Total de participantes: 3.662

Fonte: Banco de dados CRCMOP

Nota-se na Tabela 1 que o município de São Mateus, em relação aos demais, tem votação muito maior. Essa votação se explica pelo fato de o município ter sido afetado pela pluma de rejeitos que se espalhou pela costa litorânea do Espírito Santo, cujo reconhecimento pelo CIF só ocorreria em 2017, por meio da Deliberação 58/2017. Porém, até julho de 2020, a Renova não tinha acatado essa Deliberação. Observa-se, por outro lado, uma participação reduzida das comunidades indígenas e quilombolas que, procuradas, optaram por desenvolver outras formas de reivindicação.

Vemos, ainda, que os quatro temas em destaque ocupam lugares diferentes na preferência das comunidades participantes como se pode ver no Gráfico 1 a seguir:

Gráfico 1 Preferências por município



Fonte: Banco de dados CRCMOP

As seções subsequentes apresentam as votações em cada tema, e analisam e interpretam as principais reivindicações contidas neles. Em seguida, focalizam as demandas apresentadas em vista das políticas públicas e medidas de reparação pactuadas, depreendem recomendações ressaltando as prioridades destinadas, em cada caso, às instituições e órgãos envolvidos na reparação do desastre – no âmbito federal, estadual e municipal.



Povoação,
Linhares.
Dezembro de
2016. Acervo
NUPAD-UFES

1. TRABALHO, RENDA E INFRAESTRUTURA

Euzeneia Carlos, Luiz Gustavo Gabler, Tania Maria Silveira

Introdução

Os dados desta seção abordam a dimensão do desastre na perspectiva do trabalho, renda e infraestrutura. Nesse aspecto, houve uma grave violação aos direitos humanos: a perda do ofício e o comprometimento das atividades de sustentação econômica das populações. Por isso, não surpreende que “Trabalho, Renda e Infraestrutura” seja o tema com o maior número de demandas das populações atingidas nas comunidades pesquisadas.

As demandas reivindicam a garantia do trabalho nas atividades econômicas antes existentes, bem como a geração de renda e emprego através de novos ofícios e atividades laborais. As demandas de infraestrutura se somam a essas, pois buscam melhorias na infraestrutura dos municípios visando potencializar as atividades econômicas, tais como, o turismo, a pesca e a agricultura.

No primeiro tópico apresentam-se as reivindicações dos atingidos, analisando as propostas no tema e sua distribuição por município. Em seguida, analisam-se as demandas com base nas medidas de reparação pactuadas e do entendimento vigente sobre as políticas públicas concernentes às dimensões analisadas. Por fim, elaboram-se conclusões sobre a temática.

Apresentando as reivindicações

O tema Trabalho, Renda e Infraestrutura se destacou como o mais votado, somando 7.146 votos, ou seja, 30% do total. As reivindicações foram agregadas em quatro propostas mais votadas, conforme mostra a Tabela 2.

Tabela 2 Trabalho, renda e infraestrutura: propostas mais votadas, votação por município, peso relativo

Principais propostas	Município	Votos	Peso relativo no tema
Infraestrutura (ponte para ir à São Mateus, entre Barra Nova Sul e Barra Nova Norte, estradas, calçamento, asfalto e melhorias)	São Mateus	1.862	28%
	Colatina	29	
	Linhares	40	
	Vitória	25	
	Serra	11	
	Subtotal	1.967	
Trabalho e renda no turismo e cultura (geração de trabalho, emprego e renda em turismo, artesanato, surf, cultura, etc.)	São Mateus	1.005	27%
	Colatina	185	
	Linhares	85	
	Vitória	311	
	Serra	367	
	Subtotal	1.953	
Trabalho e renda na pesca (geração de trabalho e renda como criatório de peixes e suporte às organizações de pescadores voltadas aos arranjos produtivos da pesca)	São Mateus	623	18%
	Colatina	139	
	Linhares	50	
	Vitória	290	
	Serra	179	
	Subtotal	1.281	
Análise científica do pescado (análise independente dos pescados utilizados para comercialização e consumo humano, garantindo a segurança alimentar)	São Mateus	398	11%
	Colatina	65	
	Linhares	11	
	Vitória	40	
	Serra	292	
	Subtotal	804	
Outros (qualificação, manutenção do ofício e agricultura)	Subtotal	1.141	16%
Total de votos no tema Trabalho, renda e infraestrutura		7.146	100%

Fonte: Banco de Dados CRCMOP

Vejam os a análise de cada uma delas. A proposta mais votada, com 1.967 votos, é a demanda por infraestrutura, associada à potencialização da economia local, ou seja, à construção de pontes, asfaltamento de estradas, calçamento de ruas e melhorias nos municípios. Os participantes enfatizam a relevância do investimento na infraestrutura viária a fim de viabilizar a circulação de pescados, produtos agrícolas e o acesso a serviços da região, além de melhorias urbanas e de segurança pública vinculados ao turismo nos balneários.

A segunda proposta, quase empatada, com 1.953 votos, é a geração de trabalho, emprego e renda no turismo e práticas correlatas, a exemplo do incentivo ao desenvolvimento de atividades econômicas potenciais nas comunidades atingidas. Atenta-se para a partir valorização das belezas naturais em praias, ilhas e lagoas, bem como das práticas de surf, artesanato e culturas locais. Algumas dessas reivindicações contemplam, por certo, a recuperação do Rio Doce e mananciais, bem como da área litorânea atingida pela lama de rejeitos, de modo a viabilizar atividades como o surf e o turismo associado ao meio ambiente preservado.

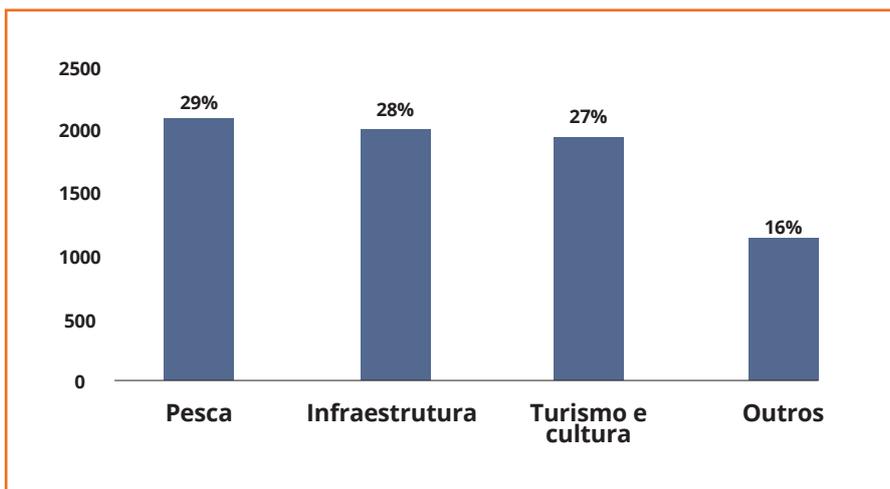
Em terceiro lugar, a proposta de geração de trabalho e renda na pesca contabiliza 1.281 votos. As atividades pesqueiras eram parte do modo de vida e de sustento das populações atingidas, e constituem importante potencial econômico da região. Estas reivindicações vão desde a garantia de manutenção dos arranjos produtivos da pesca existentes, até a viabilização de novas alternativas de trabalho e renda no setor, como o criatório de peixes e o suporte às organizações de pesca. Assim como na segunda proposta, as populações reivindicam medidas de recuperação ambiental para garantir a sustentabilidade da pesca como fonte de trabalho.

A demanda por análise científica do pescado através de pesquisa independente da empresa reparadora é a quarta mais votada, com 804 votos. Essa proposta expressa a preocupação com a segurança alimentar em relação ao pescado a ser comercializado para o consumo humano. Em vista da proibição da pesca, estudos científicos poderão oferecer importante contribuição, incidindo sobre a regulação do arranjo produtivo pesqueiro e os estigmas sociais a respeito da qualidade do pescado local para a saúde.

A agregação dessas duas propostas (3ª e 4ª) faz da pesca a demanda mais presente nas populações dos municípios atingidos, somando 2.085 votos, ou seja, 29% do total na temática. O Gráfico 2 apresenta a proporção de votos agregados, enfatizando a pesca como a mais votada, seguida por infraestrutura e turismo.

À revelia das evidências sobre a relevância da pesca como o setor econômico mais atingido pelo desastre, as empresas mineradoras por meio da Fundação Renova ameaçou encerrar o cadastro e acabar com o Auxílio Financeiro Emergencial (AFE), em pleno contexto pandêmico do Covid-19. A ameaça aos pescadores e demais pessoas atingidas produziu reações contrárias nos territórios, expressa na mobilização de mais 32 mil assinaturas em petição online.

Gráfico 2 Proporção de votos em pesca, infraestrutura e turismo



Fonte: Banco de Dados CRCMOP

Resta mencionar que a categoria “Outros” reúne prioridades menos votadas, embora também importantes para a reestruturação das atividades produtivas. Essas reivindicações representam a preocupação com os jovens e as futuras gerações, assim como as mulheres, desigualmente reconhecidas no seu direito ao trabalho e à renda. São elas, em ordem decrescente: projetos para jovens (578 votos), qualificação profissional (299 votos), garantia do ofício na mesma profissão (200 votos) e agricultura (64 votos). Nas demandas agrícolas, se destaca o cultivo da aroeira, a diversificação da produção e a irrigação das plantações.

Por fim, assinalamos a distribuição das reivindicações mais votadas por município. O município de São Mateus possui o maior número de votos em todas as propostas (Tabela 1), pois foi onde se concentrou o maior número de urnas e maior mobilização de participantes nas votações. Em São Mateus, a principal demanda é de infraestrutura, com a construção de ponte entre Barra Nova Sul e Barra Nova Norte, com 1.586 votos; seguida por geração de trabalho e renda em turismo e pesca. A demanda por infraestrutura é menos recorrente nos municípios pertencentes a Região Metropolitana da Grande Vitória. Por sua vez, em Colatina, Linhares, Vitória e Serra a principal reivindicação é a geração de trabalho e renda nos setores da pesca e do turismo, seguida por infraestrutura em estradas, pavimentação e melhorias urbanas.

Análise das propostas a partir das medidas de reparação

A atividade econômica local foi negativamente afetada pelo desastre e o problema ainda não foi adequadamente atendido, após quase cinco anos do rompimento da barragem de Fundão-MG.

A Fundação Renova, responsável pela execução das medidas de reparação e compensação dos danos causados pelas empresas mineradoras, conforme estabelecido pelo TTAC e TAC-Governança, desenvolve ações nos temas destacados neste boletim. No Espírito Santo, dentre os 42 programas previstos pelo TTAC, seis estão voltados para temas de recuperação econômica em atividades como pesca, agricultura, pecuária e turismo, acompanhados, no âmbito do CIF, pela Câmara Técnica de Economia e Inovação e pela Câmara Técnica de Educação, Cultura e Lazer: P13 – Turismo, cultura, esporte e lazer; P15 – Promoção da Inovação; P16 – Retomada das atividades aquícolas e pesqueiras; P17 – Retomada das atividades agropecuárias; P19 – Programa de recuperação de micro e pequenos negócios; P20 – Estímulo à contratação local.

A execução dos programas socioeconômicos pela Fundação Renova tem sido marcada pela morosidade e funcionamento precário, do ponto de vista da mitigação dos problemas da população. O relatório da Rede CRCM aponta a demora na implementação e entrega de serviços às populações atingidas. A maioria das ações executadas se concentra em diagnósticos, reuniões de negociação e apresentação de planos e busca de parcerias. (Relatório apresentado no II Seminário de Acompanhamento de Projetos, junho/2020).

A persistência das demandas de geração de trabalho, renda e infraestrutura atesta, por si só, a não resolutividade dos programas elencados. O agravamento das vulnerabilidades desencadeadas pelo desastre, como a perda do ofício e a paralização da pesca e da agricultura, é acompanhado pela marginalização da participação dos atingidos nas decisões e pelo descaso às mobilizações de movimentos sociais e organizações civis.

As instâncias governamentais também assumiram atribuições no desenvolvimento de políticas públicas, ao assinarem o TTAC e TAC-Gov. A interação dos técnicos do governo com os programas de reparação pode contribuir para incluir o enfoque de política pública nas ações mitigadoras, potencializando os resultados alcançados. Especialmente, os órgãos que tratam do tema do trabalho, geração de renda e incentivo a novos postos de emprego, e seus respectivos conselhos, podem desempenhar um papel importante. Entre esses órgãos se encontram: Secretaria Estadual de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (SETADES), Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (SEAG), Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Profissional e Trabalho (SECTI), Secretaria de Mobilidade e Infraestrutura (SEMOBI), Sistema Nacional de Emprego (SINE), Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda (CETER), Fundo Estadual do Trabalho, Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS) e Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico. Das instâncias de gestão governamental compartilhada com a sociedade civil são fundamentais, além dos conselhos estaduais e municipais, os conselhos regionais. Na bacia do Rio Doce e litoral norte capixaba quatro são os conselhos regionais em formação: Conselho de Desenvolvimento Regional da Microrregião Rio Doce, Conselho de Desenvolvimento Regional da Microrregião Centro-oeste e Conselho de Desenvolvimento Regional da Microrregião Nordeste. Por fim, destacamos o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBH Doce), com representação no CIF, tendo em vista seu papel nas ações de recuperação ambiental vinculadas à retomada das atividades econômicas.

Mais do que ações difusas, a recuperação socioeconômica dos territórios da bacia do Rio Doce requer uma dupla integração: entre os programas da Renova, e entre a inter-setorialidade deles e as políticas públicas governamentais. Além disso, a questão regional de integração dos projetos nos territórios é fundamental à retomada de atividades econômicas, a exemplo do Plano de Desenvolvimento da Foz e Região Costeira. Importa ressaltar que a Assessoria Técnica à população atingida, ainda não implantada no Espírito Santo, constitui necessário suporte à população local e organizações civis para a formulação de propostas de projetos de trabalho e geração de renda. No âmbito do TAC-Gov, a aprovação da assessoria técnica é resultado da luta dos atingidos nos territórios, coordenada pelo Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), Fórum Capixaba de Defesa do Rio Doce (FCDRD) e associações de pescadores, dentre outras organizações civis. Na reestruturação produtiva, as medidas de apoio ao associativismo e ao cooperativismo são igualmente fundamentais.

Por fim, o papel do Ministério Público Federal (MPF) e da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES) é imprescindível à garantia dos direitos das populações e territórios atingidos. Ambos, o MPF e a DPES, têm recorrido à justiça para representar os interesses dos atingidos em diversas ações, e oferecido orientação jurídica nos momentos de negociação, sobretudo, nos processos de reconhecimento e de indenização daqueles afetados.

Conclusão

A importância que as populações atingidas conferem às suas atividades laborais é incontestável, sendo fundamental para recuperação de sua autonomia financeira e dignidade humana. Isso salienta a centralidade que o tema trabalho, geração de renda e infraestrutura deve assumir nas políticas de reparação.

A integração entre os programas da Renova e as políticas públicas setoriais e regionais voltadas ao trabalho, a geração de renda e a recuperação econômica dos municípios é fundamental e urgente, sobretudo nos temas da pesca, turismo e infraestrutura.

Faz-se necessário o reconhecimento da totalidade dos segmentos sociais e dos territórios atingidos, assim como das desigualdades sobrepostas às mulheres e aos jovens, as quais tornam premente as políticas com recorte de gênero e etário. Nessas diversas frentes, o direito à reparação socioeconômica e à compensação deve nortear as ações e políticas de empresas, governos e sociedade.



Linhares, 3/10/19. Oficina de Agregação de Propostas.
Foto: Acervo CRCMOP

Ilha Preta,
São Mateus.
2018. Acervo
CRCMOP

2. ÁGUA E MEIO AMBIENTE

Recursos Hídricos, Saneamento e Recuperação Ambiental

*Fernando Peres Rodrigues, Luciana Andressa Martins de Souza,
Dayane Santos de Souza, Rosinei Ronconi Vieiras*

Introdução

Os dados desta seção abordam a dimensão ambiental do desastre-crime. Esta dimensão é ampla tanto territorialmente, atingindo municípios como Serra e São Mateus, quanto nos problemas identificados. Notadamente, a incerteza e desconfiança das populações em relação à qualidade/potabilidade da água consumida. Também há problemas decorrentes do desastre, ou intensificados com ele, como o acesso à água potável, ações de combate à erosão e de recuperação de áreas degradadas.

Na próxima seção, descrevem-se as principais propostas e reivindicações. Em seguida, são interpretadas tendo em vista as políticas públicas e medidas de reparação pactuadas, depreendendo recomendações. Por fim, a conclusão remete à importância de todos os órgãos envolvidos neste desastre destinarem prioridade a tais questões.

Apresentando as reivindicações

Proposições relacionadas a “Recursos Hídricos, Saneamento e Recuperação Ambiental” foram bastante frequentes ao longo do processo do CRCMOP. Ao todo, houve 6.391 votos neste tema, distribuídos em mais de 50 propostas, em todas as comunidades participantes.

Conforme mostrado na Tabela 1, as comunidades de São Mateus foram mais participativas no processo e, por isso, somam mais votos em todos os temas. Porém, ao analisar proporcionalmente as reivindicações (Gráfico 1), Colatina foi o município que mais inseriu votos no tema “Água e Meio Ambiente” (cerca de 50%), seguido por Serra (29%), São Mateus (26%), Linhares (25%) e Vitória (23%). Com isso, cabe dar atenção ao posicionamento dos demais municípios na distribuição de votos, principalmente Colatina e Serra.

A Tabela 3 apresenta as cinco propostas mais votadas, a distribuição de votos por município, o total de votos por proposta e o peso relativo da proposta neste tema.

Tabela 3 Água e meio ambiente: propostas mais votadas, votação por município*, peso relativo

Principais Propostas	Municípios	Votos	Peso relativo no tema
Participação na coleta, análise e divulgação dos estudos sobre as águas e o lençol freático	São Mateus	950	32%
	Serra	495	
	Colatina	373	
	Vitória	151	
	Linhares	81	
	Subtotal	2.050	
Garantir o direito universal à água potável	São Mateus	1.653	32%
	Colatina	213	
	Vitória	79	
	Linhares	72	
	Serra	25	
	Subtotal	2.042	
Despoluição das nascentes, rios, lagos, foz, estuários, para garantir a qualidade da saúde de todos.	São Mateus	501	13%
	Colatina	174	
	Vitória	101	
	Serra	30	
	Linhares	14	
	Subtotal	820	
Construção de um espigão para conter a erosão em Barra Nova	São Mateus	376	6%
	Subtotal	376	
Saneamento básico, rede de esgoto, água encanada	São Mateus	289	6%
	Colatina	42	
	Vitória	19	
	Linhares	17	
	Serra	5	
	Subtotal	372	
Outras propostas correlatas		731	11%
Total de votos no tema Água e Meio Ambiente		6.391	100%
*A ausência do nome do município significa que não houve votos naquela proposta			

Fonte: Banco de Dados CRCMOP

A Tabela acima revela que as cinco propostas mais votadas somam 89% dos votos. As duas propostas mais votadas representam mais de 60% dos votos e pedem: (i) “Participação na coleta, análise e divulgação dos estudos sobre as águas e o lençol freático” (2050 votos) e (ii) “Garantir o direito universal à água potável” (2042 votos).

A primeira proposta foi a mais votada em todos os municípios, exceto em São Mateus. Já a segunda proposta é a mais votada em São Mateus, mas há destaque para sua votação em Colatina, superior à votação nos demais municípios. Em terceiro, aparece “Despoluição das nascentes, rios, lagos, foz, estuários, para garantir a qualidade da saúde de todos” (com 820 votos e representando cerca de 13% dos votos). Na quarta colocação há uma proposta específica de São Mateus, que com 376 votos reivindica a “Construção de um espigão para conter a erosão em Barra Nova”.

Retomando o problema de acesso à água, mas especificando distribuição encanada e coleta de esgoto, aparece a proposta “Saneamento básico, rede de esgoto, água encanada” (372 votos). Destaca-se a semelhança entre a distribuição dos votos entre os municípios nesta proposta e na proposta sobre garantia do direito à água. Isto revela, por um lado, a consistência das prioridades entre participantes de diversas comunidades; por outro, permite avançar para uma análise agregada da votação.

Dentre as mais de 50 propostas, muitas englobam proposições semelhantes. Então, foram classificadas todas as propostas em três principais questões, oferecendo uma síntese da votação. Essa classificação permite contemplar 99% dos votos.

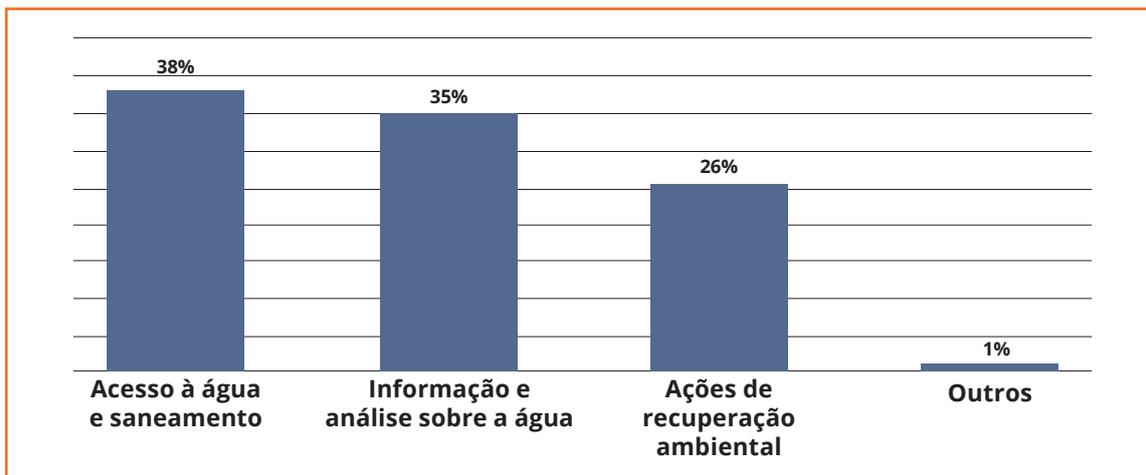
A primeira questão se refere ao “Acesso à Água e Saneamento Básico”. Ela é formada principalmente pela agregação dos votos nas duas propostas referidas acima, tratando de acesso à água potável, água encanada e tratamento de esgoto.

A segunda, trata da “Informação e análise sobre a água”. São propostas que pedem participação na coleta e divulgação de estudos sobre a água, laboratórios confiáveis e criação de comitê independente de laudos sobre a qualidade da água, bem como a análise em territórios específicos como a Lagoa da Juara (no município de Serra) e o Rio Mariricu/Cricaré (em São Mateus).

A terceira questão trata de “Ações de Recuperação Ambiental”. Aqui se concentram um amplo número de propostas com poucos votos. Entre elas estão pedidos por ações de combate à erosão, despoluição e recuperação das matas ciliares, rios, praias e manguezal (especialmente, a limpeza do Rio Iporanga, do manguezal em Barra Nova Sul e das praias de Guriri), o reflorestamento de áreas nativas (especialmente, em Colatina) e campanhas de conscientização.

O Gráfico 3 apresenta a proporção de votos concentrados nessas questões. É possível identificar que acesso à água e saneamento ganham relevância (38% dos votos); seguidos pelas reivindicações por informação e análise sobre a água (35%) e ações de recuperação ambiental (26%).

Gráfico 3 Proporção de votos nas principais questões ambientais



Fonte: Banco de Dados CRCMOP

Análise das reivindicações

A partir das votações pode-se constatar que a população não tem confiança quanto à pureza das águas. Esta preocupação envolve tanto água para consumo quanto água bruta (rios, poços e praias). Ademais, parecem coexistir a ausência de informações e a preocupação quanto à isenção dos estudos divulgados, exigindo-se a participação nos processos de certificação da qualidade.

A legislação brasileira sobre Gestão de Recursos Hídricos (Lei Nº 9.433/97) determina responsabilidades para os níveis federal e estadual, e a participação da sociedade civil, por meio de conselhos e de Comitês de Bacia Hidrográfica. No estado do Espírito Santo existe o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), comitês de bacia regionais e o CBH Doce, vinculado à Agência Nacional de Águas (ANA).

Como medida reparatória, a Fundação Renova gere os programas 23, 24, 34 e 37, que visam implantar sistemas de contenção de rejeitos e monitorar o risco em rios e áreas costeiras. Eles são acompanhados pela Câmara Técnica (CT) Gestão de Rejeitos e Segurança Ambiental (GRSA), que pode incluir em suas análises as áreas que ainda sofrem com a movimentação dos rejeitos na região costeira e investigar se os rejeitos estão contaminando outros rios e a água dos poços artesianos. O programa 38 - Monitoramento da Bacia do Rio Doce, acompanhado pela CT Segurança Hídrica e Qualidade da Água (SHQA), também é voltado à execução das análises sobre água e sedimentos. Os resultados desses estudos devem ser divulgados nas comunidades, visando a melhoria na comunicação do programa. Sabe-se que a coleta e análise são feitos por órgãos terceirizados, mas parece oportuno, com o objetivo de tranquilizar a população, oferecer maior transparência e participação nessas ações.

A baixa visibilidade dada aos laudos, sua linguagem inacessível para leigos e os canais de divulgação contribuem para a desconfiança da população. É importante que as análises sejam realizadas por diferentes laboratórios independentes, quer dizer, que estes não tenham vínculos com as empresas responsáveis pelo desastre. A imparcialidade é questionada pela população, pois os canais de divulgação em geral pertencem às companhias de saneamento ou à Renova e os documentos não são de fácil compreensão.

Reiteramos, ainda, que os participantes de Serra enfatizam a proposta de participação na análise das águas, bem como salientam a necessidade de análise da lagoa do Juara e do Rio Jacaraípe “em vários pontos”. Igualmente, em São Mateus, reivindicou-se a análise do rio Mariricu/Cricaré.

Sugerimos que, dadas as reivindicações por maior participação na análise, coleta e por informações sobre a qualidade da água, Prefeituras, Comitês de Bacia estaduais, CBH-Doce, CERH e as CTs GRSA e SHQA organizem, conjuntamente, eventos nos municípios capixabas para divulgar sua atuação, informar (de forma clara e acessível) a qualidade da água e incentivar maior participação na gestão dos recursos hídricos (incluindo as comunidades atingidas nos municípios de Serra e São Mateus). A Fundação Renova, a ANA e a SEAMA devem prover as condições técnicas e financeiras para garantir esse direito.

Quanto ao “Acesso à Água potável e Saneamento”, é preciso considerar que se trata de um direito fundamental e o Poder Público é o principal responsável por sua garantia, contando com agências regulatórias (ANA e AGERH) e companhias locais para tal finalidade. Salientamos que há recursos e programas de reparação decorrentes dos acordos estabelecidos após o desastre: Programa Coleta e Tratamento de Esgoto e Programa Melhoria do Sistema de Abastecimento de Água (ambos acompanhados pela CT SHQA). Ou seja, existe atribuição de responsabilidade e recursos tanto para o Poder Público, como para o sistema CIF.

Conforme mencionado, o direito à água potável é a reivindicação principal em São Mateus. Também é uma das principais reivindicações em Colatina, mesmo possuindo recursos e sendo parte de programas específicos¹. Desse modo, parece indispensável estender o escopo dos programas para as demais regiões atingidas.

Assim, solicitamos às Prefeituras, companhias de saneamento locais (Sanear e SAAE), à CT-SHQA/Renova, à ANA e à AGERH um posicionamento, considerando as demandas pelo acesso à água potável e saneamento em todas as regiões, especialmente nos municípios de São Mateus, Colatina e Linhares – a despeito da existência de recursos e programas.

Para as “Ações de Recuperação Ambiental” existe um grupo de órgãos públicos (Ibama, ICMBio, IEMA, SEAMA e os conselhos de meio ambiente municipal, regional, estadual e nacional) e diversos programas geridos pela Renova.

As Leis Federais nº 9.995 e 12.651 permitem que órgãos dos três níveis estipulem Áreas de Preservação Permanente e Unidades de Conservação. Tem sido responsabilidade dos municípios incluir propriedades no Cadastro Ambiental Rural (CAR), objetivando a recuperação e preservação ambiental; por isso, é oportuno que as Secretarias de Meio Ambiente implementem o CAR. Todavia, outros programas de recuperação podem ser pautados pelos níveis estadual e municipal.²

¹ Por exemplo, os Programas de Desenvolvimento Urbano e Saneamento Ambiental, de Monitoramento da Qualidade de Água e de Limpeza e Recomposição de Áreas de Preservação Permanente, desenvolvidos em Colatina com parceria do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

² Em Colatina, podemos citar a Lei No 2.634/2016 que concedeu uma área ao Instituto Terra e à Fundação Renova para implantar o Horto Florestal, que servirá como um viveiro para plantas nativas da Mata Atlântica para o Programa de Recuperação das Nascentes.

Por parte dos programas de reparação, para ações de replantio ou de preservação do meio ambiente natural, existe o Programa Unidades de Conservação, que é acompanhado pela CT Conservação e Biodiversidade (BIO) e conta com em a colaboração do IEMA – mas ainda nenhuma unidade foi criada. Já a CT Restauração Florestal e Produção de Água (FLOR) acompanha o programa de Recuperação de Nascentes. Destaca-se, entretanto, que a despoluição e recuperação de nascentes e rios, e o reflorestamento de matas ciliares ainda são importantes reivindicações em Colatina.

Portanto, destacamos a existência de diversos programas, exclusivos de órgãos públicos ou em parceria com o sistema CIF, que precisam ser implementados em todas as regiões atingidas e reafirmamos que as Secretarias Municipais de Meio Ambiente, Ibama, ICMBio, IEMA, SEAMA e as CT-BIO, FLOR, GRSA e SHQA devem implementar com maior celeridade os programas e projetos de despoluição e recuperação ambiental das matas ciliares, rios, praias e manguezal (especialmente considerando a limpeza do Rio Iporanga, do manguezal em Barra Nova Sul e das praias de Guriri, em São Mateus) e de reflorestamento de áreas nativas (especialmente em Colatina).

Para propostas específicas, como a construção de uma barreira para conter a erosão em São Mateus, orientamos que o Conselho Gestor de Saneamento Básico e as Secretarias municipais de Obras e de Meio Ambiente de São Mateus iniciem ações de combate à erosão em Barra Nova. Além disso, para outras reivindicações, incentivamos que todas as autoridades municipais ativem seus Conselhos de Meio Ambiente e elaborem programas de educação ambiental.

Por fim, sugerimos ainda que as Prefeituras elaborem cartilhas compilando informações de todas as ações socioambientais desenvolvidas ou em desenvolvimento em seu território, pelas diferentes autoridades mencionadas, permitindo acompanhamento da população. A título de exemplo, podemos destacar a necessidade de divulgação periódica e sistemática, de forma clara e numa linguagem acessível, das informações sobre a qualidade da água para consumo nos municípios atingidos.

Conclusão

A Constituição brasileira diz, no artigo 225, que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida”. Os atingidos reivindicam a garantia desse direito.

Sabe-se que há inúmeros e avançados instrumentos legais e programas que confluem para tal finalidade. Entretanto, as principais reivindicações relatadas revelam que muitos problemas persistem. É preciso dar celeridade, ampla divulgação das ações e projetos existentes em canais mais acessíveis e propiciar mais a participação dos atingidos, utilizando-se dos recursos (técnicos e financeiros) disponíveis no setor público e na Fundação Renova.

Ademais, sugerimos que os órgãos, as Secretarias e o Ministério de Meio Ambiente reflitam quanto à prioridade que têm dado à recuperação deste desastre. A morosidade na implementação de medidas e as evidentes falhas de comunicação e de inclusão refletem ineficiência na garantia do direito constitucional. A população ainda carece, e sentindo os efeitos dos últimos 4 anos, de gestão socioambiental.

Lama que atingiu
o Rio Doce; foto de
janeiro de 2016

Foto: Carlos
Alberto Silva/ A
Gazeta - Arquivo

3. SAÚDE

*Monika Dowbor, Frederico Viana Machado,
Marta Zorzal e Silva*

"Ao contrário do que a Renova diz, São Mateus foi atingida na saúde sim! O Boletim Técnico de Saúde é o único recurso junto ao Ministério Público para que a Secretaria Municipal de Saúde atenda as demandas de saúde no território."

Claudinha Monteiro - Liderança Comunitária em Barra Nova Sul (São Mateus-ES)

"Os resultados mostram o que estamos passando na pele! Está sendo negado ao atingido o que é direito e garantido por lei: assistência à saúde. Novas demandas apareceram depois que o crime foi cometido. Tudo que tem acontecido na Saúde, após o rompimento da barragem, é de competência da Renova. Novos protocolos precisam ser criados para que isso não se arraste por mais 10 ou 20 anos."

Luciana Souza de Oliveira - Comissão dos Atingidos de Regência e Entre Rios e Servidora Pública Municipal (Linhares-ES)

Introdução

Os dados desta seção mostram os impactos na saúde física e mental das populações atingidas. Observa-se que a saúde, tanto do ponto de vista de infraestrutura quanto dos serviços de saúde e vigilância sanitária, aparece em terceiro lugar no conjunto das propostas elaboradas pelas comunidades, representando 20% do total de votos. A demanda por saúde comparece em todos os municípios, porém com maior ênfase em São Mateus, Colatina e Vitória. Saúde é um tema complexo pois se relaciona, de alguma forma, com os múltiplos impactos ambientais decorrentes do desastre. Ademais, os reflexos na saúde não são imediatos, mas vão se revelando aos poucos e são cumulativos, dificultando ou até impedindo o exercício de outras atividades.

Nos próximos itens descrevem-se os dados referentes às reivindicações por saúde nas comunidades. Em seguida, apresentaremos as análises das ações empreendidas pela Fundação Renova, utilizando dados da pesquisa desenvolvida pela Rede ComRio-ComMar e pensaremos junto com a leitora ou leitor o que pode ser feito para atender as demandas.

Apresentando as reivindicações

Embora nos municípios atingidos do estado do Espírito Santo os equipamentos públicos de saúde não tenham sido danificados pelo desastre, seus impactos na saúde pública, bem como nas outras dimensões da vida foram inúmeros. De um lado, a contaminação da água e as diversas alterações ambientais (na biodiversidade e nas alterações dos ciclos de vetores, hospedeiros e reservatórios de doenças, etc.) afetaram tanto o território como os ambientes marinhos. De outro, diversos estudos demonstram que os efeitos de médio e longo prazo dos desastres são menos visíveis e mensuráveis do que os imediatos, o que exige dos atingidos mobilização e organização para elaborar e definir as prioridades das comunidades, bem como para o enfrentamento político inerente à vocalização de demandas para pressionar os responsáveis para sua solução.

Outro aspecto a ser considerado é que em grande parte dos territórios atingidos não há infraestrutura de equipamentos e serviços de saúde suficiente ou, em alguns casos, ela simplesmente não existe. Se sabemos que os efeitos na saúde ocorrem, sobretudo, a médio e longo prazos, isto exige, ou deveria exigir, a preparação de serviços de saúde para atender, prevenir e mitigar as diversas e complexas incidências de enfermidades físicas, bem como os problemas de saúde mental que tendem emergir. O desastre é um processo que muda a vida social, cultural, econômica e coletiva das comunidades, e essas mudanças e perdas imprimem sofrimentos nos corpos e mentes das pessoas, que ao lado da contaminação dos ambientes, resultam em doenças. Quando o rompimento da barragem e a lama que contaminou o Rio Doce já não saem mais nas primeiras páginas de jornais, os cidadãos atingidos sentem e relatam suas dores e lutam para a restauração dos seus direitos. É o que mostram as votações realizadas pelo CRCMOP em 5 municípios.

A Tabela 4 apresenta as três propostas mais votadas, a distribuição de votos por município, o total de votos nas propostas e o peso relativo de cada proposta no tema. Essas três propostas representam 95,52% do total da votação relativa à saúde.

Tabela 4 Saúde: propostas mais votadas, votação por município, peso relativo

Principais Propostas	Municípios	Votos	Peso relativo no tema
Unidade Básica de Saúde com equipe completa, ambulância e farmácia básica	São Mateus	3.103	76%
	Colatina	191	
	Vitória	183	
	Linhares	151	
	Serra	53	
	Subtotal	3.681	
Atendimento de Especialistas para a saúde mental: violência doméstica, depressão, dependência de álcool e outras drogas	São Mateus	498	11%
	Colatina	8	
	Vitória	7	
	Serra	2	
	Linhares	1	
	Subtotal	516	
Atendimento de Especialistas: ginecologia, dermatologia e pediatria	São Mateus	309	9%
	Vitória	60	
	Colatina	35	
	Linhares	27	
	Serra	21	
	Subtotal	452	
Total Três Propostas mais votadas		4.649	96%
Outras propostas correlatas		218	4%
Total de votos no tema Saúde		4.867	100%

Fonte: Banco de Dados CRCMOP

A Tabela 4 mostra que o município de São Mateus, em relação aos demais, tem votação muito maior nas três propostas. Essa intensidade na participação se explica, como já apontado, pela dificuldade que enfrentaram para ser reconhecidos como atingidos.

Quase 5 anos após o desastre, é interessante notar que a proposta mais votada na área da saúde foi “Unidade Básica de Saúde com a equipe completa, ambulância e farmácia básica”, com 3681 votos e que recebeu votos em todas as comunidades votantes: São Mateus com 3103, Colatina com 191, Vitória com 183, Linhares com 151 e Serra com 53.

Desde os anos 1990, o Sistema Único de Saúde (SUS) estabelece a Atenção Básica como porta de entrada para o sistema e estima-se que quase 80% dos problemas de saúde podem ser resolvidos nas Unidades Básicas. Além do clínico geral e da enfermagem, uma UBS pode oferecer serviços de pediatria e ginecologia. Nela, o usuário pode fazer curativos, inalações, vacinas, tratamento odontológico, coletar exames laboratoriais e receber medicação básica. Para que estes serviços sejam resolutivos, é importante que as equipes estejam completas, com todas as categorias profissionais trabalhando e com os insumos disponíveis, o que nem sempre acontece.

As comunidades atingidas também apontam como prioritária a necessidade de “Atendimentos de especialistas para a saúde mental: violência doméstica, depressão, dependência de álcool e outras drogas”, com 518 dos votos, cuja maioria concentra-se em São Mateus. Esta reivindicação é especialmente significativa, tendo em vista que os desastres e crises de emergência humanitária desorganizam o modo de vida das pessoas. Vários estudos demonstram que esses eventos causam múltiplos efeitos de médio e longo prazo na saúde mental da população. A incerteza sobre o futuro, a perda completa ou parcial dos meios de subsistência, a mudança radical no estilo de vida e/ou trabalho são fatores que afetam a saúde mental das pessoas gerando depressão, fobias, transtorno do estresse pós-traumático, abuso de álcool e drogas psicoativas, bem como o aumento no número de suicídios.

É importante ressaltar que a saúde mental debilitada não é apenas um problema individual. Ela afeta as relações sociais, as políticas públicas e a economia, sendo por elas também afetada. Os problemas de saúde mental se manifestam em alunos que não conseguem aprender, professores que não conseguem ensinar, assistentes sociais ou profissionais de saúde afastados do trabalho, homens que abusam das mulheres e familiares, entre outros efeitos diversos. Assim, em situações de emergências e desastres, e como consequência de médio e longo prazo, a incidência de problemas de saúde mental aumenta, comprometendo ainda mais os recursos da comunidade e produzindo efeitos sistêmicos danosos que se retroalimentam.

No contexto da pandemia, cabe pensar soluções que considerem a necessidade do isolamento social, entre as quais: a) teleatendimento - atendimento psicológico por telefone ou outros dispositivos tecnológicos, b) atendimento por equipes multidisciplinares, com a inserção de profissionais da saúde mental em ações tanto no SUS quanto do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Ambos se apoiam em cuidados integrais e capilarizados, os quais já trabalham com a saúde mental em algum grau. São exemplos desse tipo de cuidado as oficinas, grupos terapêuticos e fortalecimento de vínculos.

A terceira demanda com votação de 453 votos refere-se ao “Atendimento de especialistas: ginecologia, dermatologia e pediatria”. O acesso às especialidades é um dos principais gargalos na rede de atendimento do SUS. No contexto do pós-desastre, os problemas de saúde se avolumaram e o acesso a estes serviços precisam ser priorizados para garantir o encaminhamento adequado e a resolutividade a eles necessária.

Outras demandas

Mesmo não estando entre as três mais votadas no cômputo geral, outras demandas se destacaram, por exemplo: “fiscalização da saúde das comunidades atingidas”, com 70 votos; “solução para os danos causados à saúde da comunidade”, com 41; “ampliação de hospitais”, com 28; “levantamento e divulgação regular de dados sobre as doenças”, com 27; “hospitais públicos com educação e respeito no atendimento”, com 14 votos.

É lamentável constatar que essas demandas, que constam em lei como direitos, revelam o contexto de precariedade das políticas públicas do setor já no período anterior ao desastre, tornando-se mais dramático com a situação de emergência. Esta situação é mais um elemento que explicita como o desastre afeta de forma muito mais acentuada as pessoas mais vulneráveis, amplificando as iniquidades e as necessidades sociais em saúde.

Ações da Renova voltadas para a saúde: o abismo entre o acordado e o executado

O TTAC assinado em março de 2016, em suas cláusulas 106 a 113, define o programa e as ações para restaurar as condições de saúde das populações atingidas. Como nos demais programas, designa à Fundação Renova para desenvolver atividades de apoio à saúde física e mental, e elaborar um estudo epidemiológico e toxicológico para identificar o perfil epidemiológico e sanitário retrospectivo, atual e prospectivo dos moradores de Mariana até a foz do Rio Doce, a fim de avaliar riscos e correlações decorrentes do desastre-crime.

Decorridos quase cinco anos do desastre, o que a Fundação Renova fez para aprimorar as ações de saúde no estado do Espírito Santo? A análise dos relatórios da Samarco e da Fundação entre março de 2016 e setembro de 2019 mostra que a “Especificação de alternativas”, isto é, busca de soluções para os problemas identificados, correspondia a 34% do total de ações, conforme mostrado na Tabela 5. É importante ressaltar que a “especificação de alternativas” não implica diretamente a execução de ações correspondentes às alternativas especificadas. Em segundo lugar, entre as ações da Renova está a elaboração de diagnósticos, que abrangiam 28% do total. Um exemplo desse tipo de “ação em saúde” é a “visita técnica” da Renova às lideranças das comunidades de Regência e Povoação, com o intuito de levantar dados e fatos para subsidiar parecer técnico. Em terceiro lugar, a Fundação dispensou o seu tempo em busca de parcerias e de contratação de terceiros, somando conjuntamente quase 24%. A categoria de entrega de serviços aos usuários foi reportada apenas duas vezes. Se a elaboração de diagnósticos corresponde ao esperado pelas atribuições contidas no TTAC, a parte que determinava o apoio à saúde física e mental encontrava-se, claramente, na fase de definições. Em suma, os dados apresentados indicam que, para o estado do Espírito Santo, a Fundação encontrava-se, em 2019, ainda no estágio de formulação de linhas de atuação e distante de apresentar efetividade em suas ações reparatórias no que se refere à saúde.

Tabela 5 Ações da Renova na área de saúde (Espírito Santo)

Especificação de alternativas	34%
Diagnóstico	28%
Busca ou contratação de Parceria	24%
Outros	5%
Prestação de contas	5%
Entrega de produtos e serviços	3%
Total	100%

Fonte: Banco de Dados CRCM/ Unisinos

Esses dados corroboram as análises e recomendações ao CIF da CT de Saúde sobre o Programa de Apoio à Saúde Física e Mental da População Impactada, assim como as análises realizadas pelas Consultorias contratadas pelo Ministério Público (Fundação Getúlio Vargas

e Ramboll Consultoria)³ como peritas para acompanhar a execução dos programas socioeconômicos. Tanto a CT-Saúde quanto a Ramboll mostram que a execução desse programa pela Renova é marcada por inúmeros dissensos que acabaram por conduzir a judicialização do elenco de ações previstas para o programa. Neste sentido, a análise da Ramboll Consultoria, de abril de 2020, é particularmente esclarecedora:

... a realização do Estudo de Avaliação de Risco à Saúde Humana tem se caracterizado por diversas controvérsias e tensionamentos. No período monitorado, após a manifestação do Sistema CIF, através da Deliberação nº 374/2020, sobre a necessidade de adequações e correções na proposta do GAISMA (Projeto de Gestão Ambiental Integrada para a Saúde e Meio Ambiente (GAISMA) e na (proposta) apresentada pela Fundação Renova, assim como pela interposição de embargos pelas instituições de justiça, notadamente, o Ministério Público Federal e as Defensorias Públicas da União, de Minas Gerais e do Espírito Santo, o juízo da 12ª Vara Federal, em decisão proferida no dia 02/03/2020, determinou a apresentação, pela Fundação Renova, de nova versão do que denominou GAISMA-Aprimorado. (RAMBOLL, 2020, p. 90).

Em que portas bater agora?

Um dos caminhos de pressão é o próprio SUS com suas Secretárias Estaduais e Municipais de Saúde bem como os respectivos Conselhos. O SUS é um parceiro das comunidades atingidas, na medida em que recaem sobre ele os cuidados com a saúde afetada pelo desastre, os quais deveriam ser financiados pela Renova. Sabe-se que os recursos são finitos, mais ainda nos tempos da pandemia; por isso, a morosidade e recusa da Fundação em cobrir esses gastos denota uma postura que continua violando os direitos humanos.

Pressionar pela elaboração e/ou implementação dos Planos Municipais de Saúde também pode ser uma estratégia útil. A Câmara Técnica de Saúde emitiu a Nota Técnica nº. 04/2018, na qual estabeleceu que a Renova deveria estabelecer um subprograma de apoio e fortalecimento ao SUS e, em outubro de 2018, publicou a Nota Técnica nº 9, determinando que os municípios atingidos elaborassem Planos de Ação de Saúde a serem apoiados e fortalecidos pela Fundação. Ambas as notas foram aprovadas pelo CIF e, com isso, os diagnósticos e prognósticos locais deveriam ser elaborados pelas secretarias municipais de saúde e por suas comunidades. Ou seja, os Planos de Ação dos Municípios atingidos são parte do Programa de Saúde (PG-14) da Renova e neles as comunidades em diálogo com as Secretarias podem inserir suas demandas. Participar da sua elaboração e depois pressionar para que a Renova os implemente é um caminho.

A elaboração participativa do Plano Municipal de Saúde de Linhares

No Plano Municipal de Saúde de Linhares foi validado no Conselho Municipal de Saúde. Agora está tramitando no sistema CIF. As demandas apresentadas no Plano reafirmam a votação: foi solicitada a reforma de algumas UBS, um plantonista de 40 horas na Farmácia, uma agenda itinerante de especialistas e foi solicitado aluguel de um espaço para criar um CAPS com 30 horas de trabalho semanais e com psicólogo, psiquiatria itinerante, terapia ocupacional e especialista em saúde mental para dinâmicas de grupo. No Plano Municipal de Saúde de Linhares está embasado nos relatos de doenças produzidos por equipes, das oitavas e das 80 cartas recebidas dos moradores.

³ O Termo Ajustamento Preliminar (TAP), de 18/01/2017, estabeleceu critérios para contratação de organizações para atuar como peritos, assessoria e/ou assistentes técnicos para o Ministério Público Federal no caso do desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton, e o Termo Ajustamento Preliminar-Aditivo, de 16/11/2017, complementa o Termo Aditivo (TAP) de 18/01/17, incluindo mudanças na condução dos programas socioeconômicos e substituiu a organização INTEGRATIO pela Fundação Getúlio Vargas como Perita do Ministério Público Federal.

Os atingidos do Espírito Santo, além das portas acima mencionadas, também podem contar com a Coordenação Técnica de Enfrentamento da Crise Ambiental no Rio Doce (CTECAD, instituída por meio da Portaria Conjunta Seama/Iema/AGERH Nº 016-S/2015. Com formações em diversas áreas, como engenharia ambiental, engenharia química, engenharia florestal, oceanografia, biologia, veterinária, sociologia e serviço social, os profissionais que compõem o CTECAD atuam em quatro áreas temáticas, quais sejam, Monitoramento de Águas Interiores, Monitoramento Marinho, Tecnologias e Tratamento da Água, Fauna e Flora. A atuação da CTECAD vincula-se aos trabalhos relacionados as quatro CTs Ambientais dentro do Sistema CIF (Gestão dos Rejeitos e Segurança Ambiental, Restauração Florestal e Produção de Água, Segurança Hídrica e Qualidade da Água, Conservação e Biodiversidade).

Conclusão

Os dados analisados nos levam a considerar que as ações de saúde para a mitigação dos problemas decorrentes do desastre na região de Linhares, Colatina e São Mateus são incipientes e desarticuladas das necessidades específicas do campo da saúde, sobretudo no que diz respeito aos efeitos de médio e longo prazo, que se relacionam diretamente às desigualdades sociais e às dinâmicas comunitárias. A baixa execução e o quase inexistente papel das instâncias participativas durante a maior parte do processo são marcantes. Uma das possíveis razões da baixa efetividade tem sido a não inclusão do SUS como parte das ações propostas; o qual poderia ter sua infraestrutura potencializada, qualificada e/ou ampliada, evitando desperdício de recursos e a sinergia nas ações.

A ausência do SUS e de medidas de fortalecimento da estrutura em funcionamento na rede de saúde pode ser vista como uma cultura política que desvaloriza as políticas públicas, pois não considera as capacidades e resolutividade desse sistema como relevantes para o enfrentamento das consequências do desastre. A crise do Covid-19 demonstrou a importância da capilaridade do SUS para lidar com problemas de grande alcance sobre a saúde das populações.

Em suma, é importante destacar que os problemas decorrentes do desastre na saúde poderiam ser enfrentados pelos princípios doutrinários e organizativos do SUS. Os princípios doutrinários – universalidade, integralidade e equidade – agregariam ao arranjo institucional de gestão de reparação do desastre sensibilidade social e abrangência estratégica para abordar o impacto das desigualdades, as necessidades sociais em saúde e a complexidade dos processos saúde-doença. Já os organizativos – regionalização e hierarquização, descentralização, comando único e participação social – alertariam para a importância da organização dos serviços em níveis de complexidade, planejamento a partir de critérios epidemiológicos (articulando atenção primária e vigilância em saúde) que caracterizem adequadamente a população atendida. Isso aponta para a articulação entre os serviços existentes e a pactuação entre atores para garantir recursos e capacidade técnica e política para a efetiva execução de ações em saúde.

A paulatina incorporação do SUS, suas diretrizes e princípios, bem como dos seus agentes a esse arranjo institucional, desde que financiada pelas mineradoras responsáveis pelo desastre, pode vir a ser um caminho para a solução das demandas das populações atingidas. Arranjos compostos por atores com competências setoriais e de gestão permeados pela voz da comunidade parecem ser bastante promissores para que os direitos sociais possam ser garantidos de forma céleres e ao longo do tempo.

Regência,
Linhares, 2015.
Foto: Gabriela Biló/
Estadão Conteúdo

4. RECONHECIMENTO E INDENIZAÇÕES

Marta Zorzal e Silva, Monnique G. Malta Cardoso, Manoel Bueno dos Santos (Nego da Pesca), Rômulo de Barcelos Rosa, Nilcéia Maria Pizza, Rafael Mello Portella Campos, Larissa Galdino Magalhães dos Santos

Introdução

Esta seção examina os dados relativos às reivindicações por reconhecimento e indenização presentes nos municípios pesquisados. A demanda está presente em todos eles, com maior incidência nos municípios de São Mateus e Serra, tendo em vista que o litoral norte do Espírito Santo só foi considerado como região impactada pelo desastre um ano após o início do processo de reparação estabelecido pelo TTAC, por meio da Deliberação nº. 58/2017 do CIF.

Na sequência, serão apresentadas as principais propostas e demandas reivindicadas pelos atingidos. Em seguida, apresenta-se uma breve análise interpretativa com vistas a mostrar seus vínculos com o processo de reparação pactuado por meio do TTAC, sublinhando as recomendações concernentes. Posteriormente elaboram-se algumas considerações finais a título de conclusão, ressaltando que é preciso considerar que direitos foram lesados; portanto, devem ser considerados pela Fundação Renova e por parte de todos os órgãos públicos envolvidos na reparação dos danos causados pelo desastre da barragem de Fundão.



São Mateus,
Barra Nova Sul.
Outubro, 2018

São Mateus.
fevereiro de 2020.
Encerramento
da votação.
Fotos do Acervo
CRCMOP



As demandas por Reconhecimento e Indenização

As demandas por reconhecimento e indenização compõem em quarto lugar no total das votações das comunidades, indicando que, decorridos quase 5 anos do desastre, esta é uma questão premente. Foram mais de **3.339** votos distribuídos entre propostas de reconhecimento (54%), indenizações (43%) e outros temas correlatos (2%) nos cinco municípios. A distribuição percentual dessas votações por município mostra que a maioria das reivindicações se concentra em São Mateus e Serra, que são justamente aqueles abrangidos pela Deliberação nº. 58, de 31 de março de 2017, do CIF⁴. Desse modo, verifica-se que 57% das propostas nesta dimensão são oriundas das comunidades costeiras, especialmente do município de São Mateus e do município da Serra 29%; enquanto que em Vitória, Colatina e Linhares esses percentuais são bem menores, perfazendo respectivamente 7%; 4% e 3%. A Tabela 6 evidencia as cinco propostas mais votadas — as quais representam 96% do total —, a distribuição de votos por município, o total de votos nas propostas e o peso relativo de cada uma das propostas neste tema.

⁴ Essa deliberação elenca áreas estuarinas, costeira e marinha impactadas como área de abrangência socioeconômica nos termos da Cláusula I, VI e VIII do TTAC. Compreende toda a região costeira desde o município de Nova Almeida até Conceição da Barra.

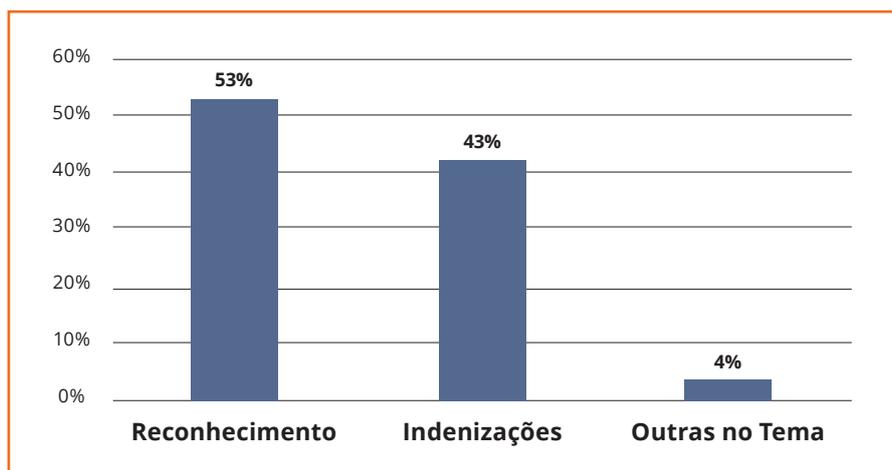
Tabela 6 Reconhecimento e Indenizações: Propostas mais votadas, votação por município, peso relativo

Principais Propostas	Municípios	Votos	Peso relativo no tema
Reconhecimento das áreas impactadas ainda não reconhecidas, no mar, nas lagoas, nos manguezais, nos rios e nas nascentes, especialmente entre Nova Almeida e Carapebus (Serra), incluindo todas as atividades produtivas.	Serra	783	45%
	São Mateus	705	
	Linhares	1	
	Vitória	18	
	Colatina	1	
	Subtotal	1.508	
Efetivação e agilização das indenizações para todas as categorias reconhecidas e impactadas	São Mateus	941	41%
	Vitória	186	
	Colatina	103	
	Linhares	66	
	Serra	58	
	Subtotal	1.354	
Reconhecimento das Mulheres Pescadoras	São Mateus	190	7%
	Serra	43	
	Colatina	7	
	Subtotal	240	
Que empresas e entidades envolvidas estejam a par da vida dos prejudicados, esclarecendo as dúvidas e pondo em prática o ressarcimento dos prejuízos causados a quem depende do Rio Doce como meio de sustento.	São Mateus	20	2%
	Serra	19	
	Vitória	14	
	Colatina	14	
	Subtotal	67	
Reconhecimento como povos tradicionais indígenas	Linhares	29	1%
	Colatina	3	
	Subtotal	32	
Outras propostas correlatas		138	4%
Total de votos no Tema Reconhecimento e Indenizações		3.339	100%

A ausência do nome do município significa que não houve votos naquela proposta

Fonte: Banco de Dados CRCMOP

A análise dos dados da Tabela 6 evidencia que entre as cinco propostas mais votadas, três delas (1,3 e 5) se referem ao reconhecimento e representam 53% do total; e duas se referem às indenizações (2 e 4); representando 43% do total. A demanda por reconhecimento é maior nos municípios de São Mateus (895 votos) e Serra (826). Em relação às indenizações, considerando a soma da 2ª e 4ª propostas, São Mateus também possui a maior demanda com 960 votos, enquanto Vitória está segundo lugar com 200 votos. O Gráfico 4 mostra a distribuição do total de votos neste tema por demandas.

Gráfico 4 Proporção de votos em Reconhecimento e Indenizações

Fonte: Banco de Dados CRCMOP

Análise das reivindicações

O processo de reparação dos múltiplos danos causados pelo colapso da barragem de rejeitos de mineração, em Fundão-MG em 05/11/2015, vem sendo conduzido tendo como instrumento político institucional o Acordo extrajudicial (TTAC) firmado pelas mineradoras Samarco/Vale/BHP Billiton com o Governo Federal e os Governos dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, em 02/03/2016, e demais TACs⁵ que foram firmados ao longo dos quase 5 anos decorridos do desastre.

Para reconhecimento, indenização, proteção social e auxílio emergencial das populações atingidas pelo desastre, o TTAC definiu quatro programas: a) Programa de levantamento e de cadastro dos impactados (Cláusulas 19 a 30), b) Programa de ressarcimento e de indenização dos impactados (Cláusulas 31 a 38), c) Programa de Proteção Social (Cláusulas 54 a 58) e d) Programa de Auxílio Financeiro Emergencial aos impactados (Cláusulas 137 a 140) do TTAC⁶. Esses programas estão sendo executados pela Fundação Renova e são acompanhados pela CT de Organização Social (CTOS), que tem por coordenador um representante da Defensoria Pública da União. Membros representantes dos governos dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, técnicos representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), do Ministério da Cidadania e dos municípios atingidos também compõem a CTOS. Há de se ressaltar, todavia, a recente judicialização de inúmeras questões a partir de Eixos Prioritários que tramitam na 12ª Vara Federal de Belo Horizonte, MG, o que acabou por esvaziar o sistema CIF, sobretudo nas matérias afetas aos programas socioeconômicos (cadastro, auxílio financeiro e indenização).

⁵ Termo de Ajustamento Preliminar (TAP), de 18/01/2017; TAP-Aditivo, de 16/11/2017 e TAC Governança, de 25/06/2018.

⁶ A Fundação Renova, criada pelo TTAC, ao executar os denominou como segue: PG-01: Levantamento e Cadastro dos Impactados, PG-02: Ressarcimento e Indenizações dos Impactados (Programa de Indenizações Mediada - PIM), PG-05: Proteção Social, e PG 21: Auxílio Financeiro Emergencial (AFE).

A governança do processo de reparação, embora conte com a figura do CIF e das CTs como instâncias públicas de acompanhamento e fiscalização dos 42 programas do TTAC, confere excessiva autonomia à Fundação Renova. Isto, tanto do ponto de vista operacional quanto orçamentário, o que acaba por prejudicar o controle da implementação dos programas, a execução das Deliberações, bem como as respectivas sanções pelo descumprimento da Renova. Os processos decisórios na Fundação estão a cargo do Conselho Curador, constituído por 9 membros, sendo seis representantes das mantenedoras, um do CIF e dois indicados pela articulação das Câmaras Regionais dentre os atingidos ou técnicos por eles escolhidos, que por maioria simples aprova os programas e ações da Renova. Como as Assessoria Técnicas e as Câmaras Regionais previstas no TAC-Governança ainda não foram implementadas na maioria dos municípios atingidos, a representação dos atingidos é ainda muito frágil e ocorre somente no sistema CIF e respectivas CTs. Desse modo, o referido Conselho Curador da Renova possui maioria de representantes das mineradoras, e, por conseguinte, suas decisões vitais relativas à execução dos programas e aos(as) atingidos(as) tendem a ser a favor das mineradoras.

O que os estudos e análises produzidos tanto pela CTOS, como pelas Consultorias contratadas pelo Ministério Público — como peritas para acompanhar a execução dos programas socioeconômicos — revelam é que existem inúmeros problemas no PG: 1- Levantamento e Cadastro dos Impactados, executado pela empresa Synergia contratada pela Fundação Renova para este fim. Tal fato se reflete diretamente nos três programas mencionados, porque é por meio do PG:1 que se estabelece a porta de entrada para o reconhecimento dos territórios, inicialmente definidos pelo TTAC, e famílias atingidas nos mesmos. Vale sublinhar que, em 2017, com base em estudos de impacto ambiental realizados pelo ICMBio⁷, o CIF, por meio da Deliberação 58/2017, determinou a inclusão das regiões costeiras e estuarinas de Nova Almeida a Conceição da Barra no ES, nos termos do TTAC, bem como estabeleceu que a Fundação Renova direcionasse os programas socioeconômicos para estas novas áreas.

O Programa de Cadastro, de fato, é o centro de todo o sistema de reparação, compensação e mitigação concebido pelo Acordo selado entre mineradoras e poder público. Isto tendo em vista que o levantamento e cadastro de “impactados”, é tido como instrumento de referência para dimensionamento e quantificação de todos os programas socioeconômicos (Cláusula 23)⁸. Significa dizer que para ter acesso a qualquer um dos programas socioeconômicos necessariamente é preciso passar pelo Cadastro.

⁷ Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio),

⁸ TTAC. Cláusula 23: O cadastro previsto neste PROGRAMA servirá como referência de dimensionamento e quantificação de todos os PROGRAMAS SOCIOECONÔMICOS. Importante destacar que esse não é o único mecanismo de diagnóstico ao qual o TTAC faz referência. Também na Cláusula 6, inciso II, está previsto que a definição dos programas deverá ser embasada em “estudo de avaliação dos impactos socioambientais e socioeconômicos”, e a Cláusula 20, define sobre a necessidade de realização de estudos por instituição independente para identificação da “totalidade das áreas em que se constatarem impactos sociais, culturais, econômicos ou ambientais”, a serem submetidos ao CIF para validação.

Porém, ser cadastrado e reconhecido como atingido pela Fundação Renova é um longo e penoso caminho, marcado pela morosidade, ausência de transparência metodológica e processual, que impõem uma série de barreiras que exclui grande parte das populações atingidas⁹. De acordo com a Ramboll Consultoria, em abril de 2020, do total das 63.336 solicitações de cadastro pelos atingidos, apenas 31.314 haviam sido efetivamente cadastrados, portanto em apenas 49% dos casos, o direito de acesso ao PG01 para aqueles que se consideram atingidos, se efetivou, enquanto que 51% dos casos ainda continuavam pendentes. Entre estes casos pendentes se encontram as solicitações oriundas dos municípios capixabas abrangidos pela Deliberação nº. 58/2017-CIF (litoral do ES, de Nova Almeida até Conceição da Barra)¹⁰. Quanto ao Programa de Indenizações Mediada (PG-02), a situação não é muito diferente. Pois, das 31.314 famílias cadastradas, apenas 35% havia recebido algum tipo de indenização, o que corresponde a um total de 10.819 famílias com alguma indenização paga. Trata-se de percentual muito baixo tendo em vista que já se passaram mais de quatro anos do desastre; ademais, revela a lentidão do processo e transgressão a Cláusula 38 do TTAC, que previa a conclusão do processo indenizatório no prazo máximo de 12 meses (Ramboll, Relatório. Abril/2020)

A Fundação Getúlio Vargas, por sua vez, analisou o tempo que cada atingido(a) depende para ser incluído no processo de Cadastro, por meio da verificação do tempo gasto entre a data da primeira manifestação do(a) atingido(a) e a data que consta como de entrada no sistema. Verificou, assim, que as pessoas que solicitam ingresso no Cadastro Socioeconômico da Fundação Renova:

... aguardam, em média, 194 dias para terem seu pedido de solicitação de cadastro analisado e seu processo de cadastro inserido no sistema. Tem-se, ainda, que 50% das pessoas que constam como cadastradas na base de dados esperaram até 172 dias para a efetivação desse processo. Do total de manifestantes que foram efetivamente cadastrados, 75% aguardaram até 228 dias, 7,4% esperaram pelo menos um ano (365 dias) e 4% esperou ao menos 500 dias. (FGV, 2019, p.307)

O tempo de resposta é um fator essencial a ser considerado, tendo em vista os efeitos lesivos causados pela morosidade da Renova, ao dificultar ou inviabilizar que muitas famílias atingidas tenham acesso à reparação de seus direitos. As cifras corroboram a legitimidade das reivindicações das comunidades atingidas por reconhecimento e reparação satisfatória dentro de um prazo minimamente razoável expressas neste Boletim Técnico. Pois, somente por meio de “medidas céleres e efetivas é possível garantir o adequado tratamento às situações de vulnerabilidade e severidade, bem como minorar as chances de o dano se tornar irreparável” (FGV, 2019, p.301)

⁹ Para exposição mais ampla sobre as inadequações e barreiras contidas no processo de execução do PG-01 e PG-02 estabelecidas pela Fundação Renova, ver: Fundação Getúlio Vargas. *Análise do Cadastro Socioeconômico - Fundação Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro; São Paulo: FGV, dez. 2019. 463 pag.; Ramboll Consultoria. *Relatório de monitoramento mensal dos programas socioeconômicos e socioambientais para restauração da bacia do Rio Doce com os indicadores propostos. Período 16/03 a 15/04/2020*. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/atuacao-do-mpf/pareceres-e-relatorios>. <Acesso em 15-07-2020>

¹⁰ Vale destacar que a Fundação Renova está contestando na justiça a Deliberação 58/2017 que reconhece as regiões costeiras do norte do ES como atingidas e portanto, sujeitas as mesmas determinações do TTAC. Porém em 12/07/2020 a JUSTIÇA FEDERAL. Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais. 12ª Vara Federal Cível e Agrária da SJMG, preferiu Decisão Urgente, indeferindo o pleito da Fundação Renova.

Enfim, observa-se que, após decorridos quase cinco anos do desastre, o cadastro ainda não foi concluído e, mais que isso, permanece gerando tensões e conflitos em relação ao reconhecimento de muitas comunidades e pessoas atingidas, grande parte delas em situação de vulnerabilidade. Além disso, apesar das advertências e multas aplicadas pelo CIF à Fundação Renova, elas não mudam a conduta da Fundação. Poucas são pagas, e a Fundação continua agindo como se não tivesse sido repreendida e/ou multada. Com isso, cresce entre as comunidades atingidas a frustração e a desesperança a ver seus direitos desrespeitados e se encontrarem sem a perspectiva de obter o Auxílio Financeiro e o ressarcimento justo dos danos materiais e simbólicos causados nos seus modos de vida.

Conclusão

Em contexto de um desastre socioambiental de larga escala, tal como foi o desastre da barragem de Fundão, o processo de reparação de forma célere e efetiva é particularmente importante, dada a situação de vulnerabilidade na qual se encontram grande parte das comunidades e pessoas atingidas.

As reivindicações por reconhecimento e indenizações constante da Tabela 6 se tornam mais do que urgentes, imperativas, considerando que “os desastres são uma conjugação insuportável de inúmeros, graves e simultâneos danos e perdas para a coletividade afetada” e que, sobretudo, “há variados tempos e espaços entrelaçados nas situações pós desastres”, que ilustram que a “restituição da ‘normalidade’ nem sempre é viável: vidas não se restituem e histórias de vida mudam de rumo irreversivelmente após um desastre”¹¹.

É importante ressaltar que a pauta referente ao reconhecimento simboliza a grande dificuldade dos danos referentes ao desastre do Rio Doce terem a devida importância e tratamento por parte da Fundação Renova e as suas mantenedoras no Estado do Espírito Santo. O reconhecimento territorial das áreas litorâneas demorou aproximadamente 1 ano e meio, a partir da Deliberação nº 58 de 2017. Outras regiões, como patrimônio da Lagoa e Sooretama, só o foram a partir da Deliberação nº 164 de 2018.

Ademais, ainda se encontra pendente o reconhecimento “de fato” daquelas comunidades afetadas, cujos danos estão mais afastados da área de proibição de pesca (como os danos aos rios) ou dizem respeito aos reflexos econômicos sobre o comércio e turismo local, o reconhecimento da mulher atingida, também na Tabela 6, é outra importante demanda não atendida.

As inúmeras deliberações do CIF e respectivas Notas Técnicas da CTOS atestam o quão difícil, sofrido e desgastante tem sido este processo para uma grande parcela das comunidades atingidas em todos os municípios afetados, que ainda não foram reconhecidas, ou ainda demandam indenizações.¹²

¹¹ VALENCIO, N. Elementos constitutivos de um desastre catastrófico: os problemas científicos por detrás dos contextos críticos. http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v68n3/v68_n_41a45.pdf - 2016

Diante desse quadro, em que irregularidades são observadas pelos peritos do Ministério Público Federal e pela CTOS-CIF, no principal instrumento de reconhecimento das comunidades atingidas pelos efeitos do desastre-crime, o que fazer para que direitos lesados sejam justamente reparados?

A resposta passa pela organização da ação coletiva das comunidades afetadas para buscar os canais institucionais constituídos tanto no âmbito do TTAC quanto no poder público. Destacamos que a CTOS, enquanto órgão consultivo do CIF, defende que todos os que se sentirem atingidos devem ter direito ao cadastro e, por conseguinte, a justa reparação. Além disso, ressaltamos que tanto o Ministério Público como a Defensoria Pública têm atuado no sentido de garantir os direitos dos atingidos, o que torna os promotores e defensores públicos aliados imprescindíveis das comunidades atingidas. Também o poder legislativo municipal e estadual deve ser mobilizado para que, ao lado dos demais poderes, somem esforços para que os atingidos tenham seus *direitos* de reconhecimento e reparação atendidos.

Recomendações finais

É inegável, num contexto de desastre socioambiental da proporção do rompimento da barragem de Fundão, que o processo de reparação e de compensação deveria ser realizado de forma célere e efetiva, em vista das múltiplas situações de vulnerabilidade produzidas e/ou acirradas pelos efeitos desse desastre. Contudo, o que se tem observado nas ações de reparação das mineradoras por meio da Fundação Renova é que — sobretudo, no que se refere ao campo socioeconômico —, elas têm sido marcadas por morosidades, não cumprimento das determinações acordadas no TTAC e no TAC Governança, assim como nas deliberações do CIF — que cumpre o papel de acompanhamento e fiscalização das ações previstas pelo poder público nos acordos.

Decorridos quase cinco anos do desastre-crime, as empresas reparadoras ainda postergam a execução de ações de reconhecimento e indenização de grande parcela de atingidos, considerados não enquadráveis nas categorias definidas *a priori* pela Renova, bem como de comunidades e de territórios afetados não localizados na calha do rio Doce, impedindo o acesso dessas populações, indivíduos e respectivas famílias às ações reparadoras e mitigadoras. Além da fragmentação das ações, derivada do próprio TTAC, que dificulta a integralidade e articulação institucional dos programas com as políticas públicas, em especial aquelas voltadas para o campo social e econômico, verifica-se que fatores como lentidão e postergação, por meios judiciais, compõem também um elemento importante que dificulta e mesmo impede que a reparação se efetue de forma mais célere, tal como preconizado no momento da realização do TTAC entre mineradoras responsáveis pelo desastre com os representantes da União e dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. O que as reivindicações produzidas e priorizada pelas comunidades e examinadas neste Boletim revelam, é, por um lado, o quanto a forma como a repa-

¹² Para as questões do cadastro e respectivo reconhecimento dos(as) atingidos(as) ver em especial as seguintes Notas Técnicas da CTOS e respectivas Deliberações do CIF: NT 12/1017 e Del-CIF 93/2017, NT-18/2018 e Del-CIF 152/2018, NT 29/2018 e Del-CIF 2251/2018, NT 35/2018 e Del-CIF-291, NT 41/2019 e Del-CIF 346/2019, parecer do MPF (Parecer Técnico nº. 695/2016-SEAP-PGR). Relatórios produzidos pela Ramboll Consultoria e pela Fundação Getúlio Vargas citados na Nota nº 9 acima.

ração está sendo executada exclui comunidades e grande parcela dos atingidos de ter seus direitos reconhecidos e reparados, e, por outro, o quanto a desarticulação com as políticas públicas instituídas— notadamente aquelas capilarizadas e com resolutividades, como o caso da saúde, mas não só — agrava ainda mais as condições de vulnerabilidade dessas populações.

A desestruturação das atividades produtivas nos municípios, dos modos de vida de comunidades indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, entre outras, afetou de múltiplas formas o trabalho e a renda, gerou a desconfiança da população sobre a qualidade da água e a segurança alimentar quanto ao pescado e à agricultura. A morosidade das ações contribui para ampliar danos e perdas ao longo do tempo num processo de abandono social no decorrer das reparações que incrementa progressivamente as chances de os danos se tornarem irreparáveis. Mais do que ações difusas ou reconhecimento parcial são necessárias políticas públicas integradas e intersetoriais para a recuperação ambiental, a reestruturação socioeconômica, a garantia de segurança hídrica e alimentar e a proteção à saúde. A multidimensionalidade dos impactos causados pelo desastre da mineração torna premente a reparação integral e a garantia dos direitos lesados de todas as comunidades e pessoas atingidas.

EXPEDIENTE

Texto: Euzeneia Carlos, Fernando Peres Rodrigues, Marta Zorzal e Silva, Maria do Carmo Albuquerque, Monika Dowbor, Manoel Bueno dos Santos (Nego da Pesca), Rômulo de Barcelos Rosa, Luciana Jorge Oliveira, Dayane Santos de Souza, Rosinei Ronconi Vieiras, Tania Maria Silveira, Heider Boza, Nilcéia Maria Pizza, Rafael Mello Portella Campos, Monnique G. Malta Cardoso, Luciana Andressa Martins de Souza, Frederico Viana Machado, Larissa Galdino Magalhães dos Santos

Apoio às comunidades: Monnique G. Malta Cardoso, Larissa Galdino Magalhães dos Santos, Luiz Gustavo Gabler

Banco de dados CRCMOP: André Leirner, Fernando Peres Rodrigues, Ana Paula Galdeano, Monnique G. Malta Cardoso, Luiz Gustavo Gabler

Coordenação Editorial: Maria do Carmo Albuquerque

Editores: Adrian Gurza Lavalle e Maria do Carmo Albuquerque

Design Gráfico: Monique Schenkels

Coordenação geral do Projeto: Adrian Gurza Lavalle

Gestão Científica e Administrativa: Ana Paula Galdeano



O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 Projeto Sem o rio e sem o mar: implementação de tecnologia social de governança participativa para políticas públicas de recuperação da Bacia do Rio Doce no Espírito Santo (Projeto nº 88881.118026/2016-01 CAPES-FAPEMIG-FAPES-CNPq-ANA) www.comriocommar.com.br

Realização:



Fomento:

